



## **Entre a Articulação e a Representação gráfica: Questões acerca das especificidades e vínculos entre a Oralidade e a Escrita**

Maria Letícia Cautela de Almeida Machado<sup>1</sup>;  
Luiz Antonio Gomes Senna<sup>2</sup> ;  
Paula Santos da Silva<sup>3</sup>.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-Graduação em Educação – RJ

Eixo Temático 5: Pesquisa em Pós-Graduação em Educação, Linguagens e Mídias.  
Categoria: Comunicação

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é apontar algumas especificidades sobre a língua oral e a língua escrita e a natureza da relação entre elas, com vistas a fornecer elementos ao educador para a formulação de hipótese teórico-descritiva para a produção escrita de seus alunos em processo de alfabetização. Os estudos sobre a natureza da relação entre a oralidade e a escrita datam desde a antiguidade embora tenham sido intensificados nas últimas décadas. A hipótese de que oralidade e escrita compartilhem um único sistema gramatical é clássica e tem acompanhado a cultura escolar e linguística desde longa data. Embora alguns autores comecem a apontar diferenças entre elas, ainda persiste a concepção de que se trata de subdomínios de uma mesma língua, que, no máximo, deixaram de serem vistos numa relação de representação para serem assumidos numa relação de interação, não entre línguas, entre modalidades de um único sistema. As especificidades da língua oral e da língua escrita apontadas nesse trabalho corroboram para a concepção de que a língua escrita não pode ser arrolada simplesmente como uma transcodificação da língua oral, concluindo-se, portanto, que entre língua oral e língua escrita não há uma relação imediata, nem tampouco, uma isomorfia, se tratando de sistemas distintos com unidades diferentes: fechadas e atemporais no caso da língua escrita e abertas e sujeitas a transformações no tempo no caso da língua oral.

**Palavras-chave:** Oralidade; Escrita; Sistema Gramatical.

<sup>1</sup> Fonoaudióloga da Secretaria Municipal de Saúde do RJ, Doutoranda em Educação – PROPED/UERJ -RJ.

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ, Doutor em Linguística – PUC – RJ.

<sup>3</sup> Professora da Secretaria Municipal de Educ. do Rio de Janeiro, Mestranda em Educação – PROPED/UERJ – RJ.

## **Introdução**

Uma das questões escolares mais frequentemente associadas a custo de aprendizagem, especialmente nos sistemas públicos de ensino, é o processo de construção da escrita, particularmente na chamada alfabetização inicial, no âmbito da qual se desenvolve o conhecimento da estrutura e do sentido social de uso da língua escrita.

Em inúmeras situações, o aluno em processo de alfabetização produz certo tipo de escrita cuja natureza o professor não compreende e acaba por considerar como “erro produtivo”, o que nada contribui para a superação dos inúmeros casos de custo no processo de alfabetização e da persistência de histórico de fracasso escolar nos sistemas públicos de ensino.

Tidos como dificuldades, esses “erros” correspondem a uma das grandes preocupações pedagógicas e motivo de encaminhamentos. Muitas patologias estão sendo artificialmente criadas a partir de uma visão de “erro” enquanto sintoma evidente de um distúrbio.

Essa interpretação equivocada do “erro” se justifica no fato desses educadores, e demais profissionais que lidam com a escrita, muitas vezes possuírem um conhecimento restrito sobre as singularidades da língua oral e da língua escrita e sobre a natureza das relações que podem se estabelecer entre elas.

Tal conhecimento possibilitaria ao educador compreender que os “erros” na escrita não são aleatórios, mas motivados pelas especificidades da própria língua escrita e de sua relação com a oralidade. Sendo assim, tais manifestações são decorrentes não de uma patologia, mas do juízo objetivo do aluno, revelando o processo de internalização da língua escrita.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo apontar algumas especificidades sobre a língua oral e a língua escrita e a natureza da relação entre elas, com vistas a fornecer elementos ao educador para a formulação de hipótese teórico-descritiva para a produção escrita de seus alunos em processo de alfabetização.

## **A natureza da relação entre língua oral e língua escrita**

Os estudos sobre a natureza da relação entre oralidade e escrita datam desde a antiguidade embora tenham sido intensificados nas últimas décadas. Segundo Desbordes (2006), não se pode creditar aos antigos (gregos e latinos) a crença ingênua em uma identidade entre o escrito e o oral, ou mesmo acusá-los de tal crença. Em seus textos sobre a escrita os antigos indicam claramente uma diferença entre o escrito e o oral e, em geral, consideram que a escrita é um artefato secundário, uma representação da língua falada, embora admitindo que existam dessimetrias de um fenômeno ao outro.

De lá para cá, muitos autores se dedicaram aos estudos sobre a relação entre língua oral e língua escrita. Os resultados das investigações, ainda limitados e controversos, vêm mostrando que a questão é complexa. Existem concepções diversas sobre o tema, algumas antagônicas entre si.

Para Vygotsky (1991) ao longo da aquisição da escrita, há uma evolução: em princípio, essa seria representação da fala para depois se libertar dessa última, a fim de representar o mundo. Portanto, de uma relação de representação haveria uma evolução para interação. É o próprio Vygotsky que assim define a escrita: “A linguagem escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada, os quais, por sua vez, são signos das relações e entidades reais” (VYGOTSKY, 1991, p. 120).

Kato (1986), afirma que a língua oral e língua escrita constituem modalidades de linguagem. A autora afirma que “as modalidades oral e escrita de linguagem apresentam uma isomorfia parcial, porque fazem a seleção a partir do mesmo sistema gramatical e expressam as mesmas intenções” (KATO, 1986, p.30).

Achard (2006) também acredita que é lícito reportar o escrito e o oral como dois subdomínios de uma mesma língua. Esse autor justifica seu posicionamento no fato de, apesar das diferenças que existem entre as línguas escrita e oral, esses dois domínios de prática de linguagem não deixarem de ter relações constantes, trazerem o mesmo nome, partilharem uma grande parte de vocabulário.

Marcuschi (2008) afirma que a escrita não representa a fala sendo realizações de uma gramática única, mas que, do ponto de vista semiológico, tem particularidades com diferenças acentuadas de tal modo que é possível compará-las e relacioná-las sem sobrepor uma modalidade sobre a outra.

Numa posição contrária, Senna (1991) defende que fala e escrita não são versões de uma mesma língua, mas mantêm entre si diferenças suficientes para que sejam consideradas línguas distintas. O autor argumenta que, “uma vez que língua oral e língua escrita constituem códigos linguísticos autônomos entre si, quando são empregados dentro de uma mesma comunidade linguística verificam-se interferências típicas de situações de línguas em contato” (SENNA, 1991, p.39).

Senna (1991) considera que fala e escrita são formas de expressão do pensamento, constituindo, cada uma, sistemas autônomos, cada uma das quais com suas peculiaridades estruturais e empregadas em situações sociais específicas. Para ele, o aprendizado da língua escrita ocorre nos termos do aprendizado de uma segunda língua como outra qualquer, e seu emprego demonstra nítidos sinais de bilinguismo através de interferências oriundas da língua oral. Segundo Senna (1991), são justamente essas interferências - que podem se dar tanto no

nível estrutural da gramática como no nível pragmático-discursivo que denunciam a situação de bilinguismo.

A hipótese de que oralidade e escrita compartilhem um único sistema gramatical é clássica e tem acompanhado a cultura escolar e linguística desde longa data. Contudo, segundo Senna (2011):

“Não podemos esquecer que, em diversos momentos da história da humanidade, sobretudo na Idade Moderna, a hipótese de que a escrita e fala fossem uma só língua resultou muito mais do desejo de dar ao sujeito social uma forma culta e civilizada do que de uma constatação, propriamente dita, de que houvesse um só sistema gramatical subjacente a ambas. À medida que, no decorrer do século XX, a representação social do ser humano foi se tornando cada vez mais aberta a novas subjetividades e fisionomias culturais, também foi se tornando desejável verificar diferenças materiais nas estruturas da fala e da escrita, admitindo-se, então, a possibilidade de que fossem dois sistemas gramaticais distintos” (SENNA, 2011, p. 133)

Entretanto, embora alguns autores comecem a apontar diferenças entre a oralidade e a escrita, ainda persiste a concepção de que se trata de subdomínios de uma mesma língua, que, no máximo, deixaram de serem vistos numa relação de representação ou transcodificação para serem assumidos numa relação de interação, não entre línguas, entre modalidades de um único sistema.

Dessa forma, para uma contribuição teórico-conceitual que possibilite caracterizar a natureza da língua escrita enquanto sistema distinto da língua oral será abordado, a seguir, algumas especificidades da oralidade e da escrita.

### **Especificidades da língua oral e da língua escrita**

Entre as especificidades da oralidade e da escrita, serão abordadas nesse trabalho aquelas decorrentes: dos diferentes processos de aprendizagem; das distintas formas de materialidade; dos diferentes valores sociais que lhes são atribuídas; das diferentes práticas sociais que tais línguas mediam.

### **O processo de aprendizagem e a gênese da língua oral e da língua escrita**

O desenvolvimento da fala é decorrente de múltiplos fatores, a capacidade para aquisição da língua oral é inata, biológica, ou seja, faz parte da própria natureza humana, mas sua apropriação ocorre a partir da interação do sujeito com o outro e sua língua: na interlocução entre sujeitos, numa atividade social, discursiva e dialógica. Pois, como afirma Lentin (2006)

somente a capacidade de aprender a falar é inata, sua realização linguística é tributária dos oferecimentos verbais dos locutores que falam à criança.

Portanto, mais do que em decorrência de uma disposição biogenética, a fala é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê.

Não se ensina a criança a falar, ela se desenvolve a partir do momento em que o sujeito entra em contato com a língua da sua comunidade, ouvindo os outros falarem. Todo sujeito, em todas as culturas do mundo, desenvolve algum tipo de comunicação oral, excetuando-se os casos patológicos em que há um impedimento orgânico ou psico-afetivo (por exemplo, alguns casos de surdez, paralisia cerebral, autismo) ou uma privação social extrema (como alguns casos relatados na história: o menino lobo e outras crianças mantidas em cativeiro em condições sub-humanas).

Em contrapartida, nem toda comunidade utiliza uma língua escrita. Muitos povos só fazem uso de uma língua oral. E mesmo em comunidades que fazem uso de uma escrita, muitos sujeitos permanecem à margem do uso efetivo dessa escrita.

A capacidade para aquisição da língua escrita não está determinada biologicamente no Homem, como alguns estudos pressupõem. Aliás, como afirma Senna e Portes (2007), “a escrita não é e jamais será um fenômeno de origem inata” (SENNA & PORTES, 2007, p. 215). Se fosse assim, não haveria tantas culturas que não fazem uso da escrita. A escrita é uma tecnologia criada pelo engenho humano, tardiamente em relação ao surgimento da fala, imposta às sociedades, impregnando as culturas de um modo geral. Se não fosse essa imposição social da escrita, quanto a realidade da condição humana, poderia se definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve.

Se for verdade que todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas nem todos tiveram ou têm uma tradição escrita, isso não torna a fala mais importante ou prestigiosa que a escrita. Trata-se apenas de reconhecer que a oralidade é uma condição do ser humano e tem uma primazia cronológica indiscutível sobre a escrita.

Segundo Marcuschi (2008), a cronologia é devastadoramente simples: enquanto espécie, o homo sapiens data de cerca de um milhão de anos. Já a escrita surgiu pouco mais de 3000 anos A.C. No Ocidente, ela começou a ser usada por volta de 600 A.C. e a imprensa surgiu em 1450.

A escrita é um fato histórico e deve ser tratada como tal, e não como um bem natural. Até porque, a apropriação da língua escrita, diferentemente da oralidade, não tem nada de natural, sendo dependente de um aprendizado mediante ensino formal.

## **Materialidade da língua oral e da língua escrita**

Um aspecto essencial da materialização da oralidade e de escrita diz respeito à dimensão física através da qual os enunciados são produzidos e percebidos: na língua oral pelos gestos articulatórios dos órgãos vocais percebidos por seu efeito acústico e na língua escrita pelos gestos gráficos executados pela mão e percebidos pela visão. Deste modo, a língua oral se concretiza em sons articulados e a língua escrita em letras impressas.

Entretanto, a compreensão do que é som e do que é letra e da relação entre essas unidades de materialização da língua oral e da língua escrita<sup>4</sup> não é tão clara e com frequência causa muita confusão tanto para o educador como para o próprio aluno.

Quando aprendemos uma língua oral, aprendemos quais os sons da fala que ocorrem nessa língua e quais as regras de articulação, ou seja, aprendemos o sistema sonoro da língua. Os sons percebidos tornam-se fonemas que são as representações mentais dos sons. Um fonema constitui uma unidade abstrata. A materialização real e individual do fonema é o fone; sendo assim, não articulamos fonemas, produzimos fones, que são as unidades ou segmentos fonéticos da língua.

Contudo, um mesmo fonema pode ser produzido por dois sujeitos de maneiras diferentes, isso quer dizer que os fonemas podem ser articulados com certa variação, a depender das condições e das características dos órgãos fonoarticulatórios envolvidos em sua produção.

Entretanto, mesmo havendo essa variabilidade na produção dos fonemas, todos os possíveis fones relacionados a um fonema, em geral, são reconhecidos pelo ouvinte, não havendo perda de inteligibilidade nem mudança de significação, salvo casos extremos. Nossos ouvidos e nossa mente identificam o fone e o associa ao fonema. E isso ocorre porque, segundo Senna (2009) os fonemas, ou seja, a representação mental que temos dos sons, não são uma unidade discreta, um conceito unitário e sim um gradiente escalar. Isso quer dizer que os fonemas operam na mente como uma gradação de enunciações possíveis e não como uma possibilidade única.

Uma outra questão relativa à variabilidade do fonema diz respeito ao fato de que um simples fonema pode ser realizado foneticamente, ou pronunciado, através de dois ou mais fones, dependendo do contexto em que ele aparece na palavra. Nesse caso, a escolha do fone que será utilizado é governada por regras, que diz respeito ao conhecimento fonológico que o sujeito tem da língua oral.

---

<sup>4</sup> Cabe aqui informar que, no trabalho, utilizamos traços oblíquos // para a anotação dos segmentos fonêmicos (fonemas) ou transcrições fonêmicas de palavras e parênteses rectos [ ] para os segmentos fonéticos ou transcrições fonéticas de palavras (fones, ou seja, produções reais, individuais dos sons). E ainda aspas “ ” para anotações de letras ou palavras escritas. Para representar os fonemas e fones utilizamos o Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

Esse conhecimento do sistema fonológico inclui mais do que o conhecimento do inventário fonético dos sons da língua. Tal conhecimento permite ainda aos falantes saberem que os fonemas da língua não podem ser encadeados ao acaso para formarem as palavras. O sistema fonológico determina as posições que um fonema pode ocupar em uma palavra ou ainda qual a ordem em que se podem agrupá-los, sendo certas cadeias de fonemas permissíveis e outras não.

Portanto, o conhecimento fonológico é regido por uma série de regras, pois como afirma Fromkin e Rodman (1993), a aquisição da língua oral consiste em larga medida numa construção de regras, entretanto nenhum professor as ensina explicitamente, o próprio sujeito as constrói e provavelmente nem sabe que as conhece. Trata-se, portanto, de um conhecimento tácito e até inconsciente.

Quanto à língua escrita portuguesa, por ela ser uma escrita alfabética utiliza basicamente letras que diz respeito a uma representação fonética das palavras, diferentemente, por exemplo, de uma escrita ideográfica, cujo sistema está baseado no significado e não no significante das palavras.

Entretanto, apesar de a língua escrita portuguesa ter uma representação fonética, isso não quer dizer que ela represente a fala. Pois como afirma Cagliari (1995), “é uma ilusão pensar que a escrita é um espelho da fala. A única forma de escrita que retrata a fala, de maneira a correlacionar univocamente letra e som, é a transcrição fonética” (CAGLIARI, 1995, p. 117).

Dessa forma, a relação entre a unidade da língua oral e a unidade da língua escrita não é tão direta quanto à primeira vista possa parecer. No entanto, a criança não se apropria desse conhecimento se ninguém lhe ensinar, pelo contrário, no início do processo de apropriação da escrita a criança, intuitivamente, acredita numa relação direta entre fala e escrita. Assim, é natural que cometa erros na escrita baseada nessa intuição, uma vez que o domínio da natureza alfabética da escrita é dependente de um conhecimento que se adquire a partir de um ensino formal e não a partir de um conhecimento tácito e inconsciente como na língua oral.

Um primeiro aspecto que denuncia a falta de correspondência direta entre letra e som diz respeito ao fato de que a variabilidade relativa a um único fonema não cabe na escrita. Essa característica do fonema e, portanto, da língua oral, não cabe na língua escrita, uma vez que a natureza da letra é diferente da natureza do fonema. Ou seja, a diversidade relativa à produção articulatória e à representação mental de um único fonema, na escrita é grafada por uma letra, o que gera certa dificuldade para os alunos que estão em início de processo de apropriação da escrita.

A questão é que a escrita alfabética é uma convenção arbitrariamente definida por intelectuais embasados em uma suposta estrutura de fala. Além disso, a própria relação entre os sons e letras não é biunívoca, como se pode constatar nos eventos denunciados a seguir:

- Um mesmo som pode ser escrito por várias letras. Por exemplo, o som /s/ pode ser grafado pelas letras “s, ss, c, ç, sc, sç, x, xc, z”, como nas palavras: “sapo, passado, cebola, moça, nascer, desça, próximo, exceção e feliz”.
- Uma mesma letra pode se relacionar a vários sons. Por exemplo, a letra “x” pode grafar os sons /ʃ/, /S/, /Z/, como nas palavras: “xereta, auxílio e exame”.
- A irregularidade na correspondência quantitativa entre letras e sons. Isso pode ocorrer quando uma letra que está presente na escrita não tiver nenhum correspondente sonoro na oralidade: por exemplo, a letra “h” na palavra “hoje”, pronunciado como [oʒi]. Ou ainda, uma letra pode adquirir um valor silábico, ocorrendo uma relação entre letra e sílaba e não entre letra e som, como na palavra: “apto”, cujo correspondente na oralidade é /apitu/. Além disso, existem alguns sons que são representados por duas letras, como por exemplo: “ss” que representa o fonema /s/.

Esses eventos costumam justificar uma série de “erros” ortográficos que são muito comuns na escrita. Esses “erros” costumam ser chamados por Zorzi (1998) de trocas de letras decorrentes da possibilidade de representações múltiplas. Um exemplo disso seria o aluno que escreve “cabela” no lugar de “cabeça”. Esse tipo de troca de letras não é justificado por uma dificuldade intrínseca ao aluno, mas pela complexidade que é inerente à própria língua escrita.

Outro aspecto da materialidade da oralidade e da escrita, que costuma causar muita confusão para os alunos, diz respeito às variações entre o modo de pronunciar as palavras e a maneira de escrevê-las. Muitas vezes, com base em modos de fala, os sujeitos escrevem formulando vocábulos, concordâncias verbais e nominais, os quais não correspondem ao padrão da escrita. Assim, encontramos alunos que escrevem, por exemplo, “mintirosa” no lugar de “mentirosa”, “naquilu” por “naquilo”, “faze” por “fazer”, “as menina” por “as meninas”.

Quanto à omissão da letra “r” em fronteira de palavra oxítona, observada no penúltimo exemplo, trata-se de uma manifestação muito recorrente na escrita não apenas de alunos em início de alfabetização, como é possível verificar tanto em salas de aula como em pesquisas como a de Senna (1991), Zorzi (1998) e Berberian et al. (2008).

Esse tipo de “erro” é decorrente de fatores fonológicos, em desenvolvimento na língua oral, que interferem no emprego da língua escrita. De acordo com Senna (1991), a regra fonológica que gera esse tipo de interferência no uso da língua escrita é a seguinte: o



arquifonema vibrante /R/ passa a zero quando segue vogal tônica em fronteira de palavra. Essa regra é amplamente empregada na fala, abrangendo a todas as formas verbais fonologicamente compatíveis. O que ocorre é que o aluno não utiliza esse som na fala e muitas vezes não tem nem consciência da existência dele e, assim, sua ortografia passa a ter caráter idiossincrático.

Quanto à omissão do “s” do exemplo citado acima, diz respeito ao emprego da concordância de número. O sistema de concordância gramatical do português escrito e de alguns registros do português oral tem por característica a redundância na referência ao plural. Na língua oral, há em geral, tendência a se suprimir a informação redundante relativa ao número. O que ocorre é que muitos alunos transportam esse fato para a escrita levando à ocorrência de omissão de marcas de plural, gerando o que se denomina na escola como “erro” de concordância. Como por exemplo, aquele aluno que fala: [aS menina supeR pode t̃ʊza e tudo supeR eSpeRta] escreveria essa frase como “As menina superpoderosa é tudo super esperta” quando pela norma da escrita deveria ser “As meninas superpoderosas são super espertas”.

Novamente nesse caso, o que rege esse tipo de ocorrência é o fato do aluno apostar numa relação direta entre fala e escrita. O apagamento de marcas de plural na fala, diz respeito a uma variação linguística por que vem passando a língua oral e dependendo do contexto, não representa um problema, além disso, não ocorre apenas entre grupos sociais minoritários, tal como se poderia esperar. Já na escrita, essa manifestação não é aceita, pois ela não se condiciona aos usos dos seus usuários.

### **Valores sociais atribuídos à língua oral e à língua escrita**

A língua escrita é uma instituição pública cuja forma foi-nos legada a partir do processo político de gramatização. Apesar de sua entrada tardia na humanidade, comparativamente à fala, seu uso, quando arraigado numa dada sociedade, impõe-se com uma violência inusitada e adquire um valor social até superior à fala.

Em nossa cultura a escrita representa mais do que uma condição cognitiva e cultural, mas também uma condição social e política do sujeito que se apropria dela. Sua prática e avaliação social a elevaram a um status mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Entretanto, não se trata de algum critério intrínseco à língua escrita, nem tampouco de parâmetros linguísticos que dê a escrita um status superior à fala, e sim de postura ideológica. Inclusive, o contrário também ocorre, havendo culturas em que a fala é mais prestigiosa que a escrita. Não se trata, a priori, de uma posição de supremacia entre língua oral e língua escrita.

## **Práticas sociais mediadas pela língua oral e pela língua escrita**

As práticas sociais mediadas pela oralidade e pela escrita estão relacionadas aos usos dos diferentes gêneros discursivos. Do ponto de vista discursivo, Marcuschi (2008) salienta que a oralidade e a escrita não são responsáveis por domínios dicotômicos, havendo gêneros que são do domínio do tipicamente falado (por exemplo, uma conversação espontânea), outros do tipicamente escrito (por exemplo, um artigo científico) e ainda aqueles de domínios mistos em que se dariam as mesclagens da língua oral e escrita (noticiário de TV, entrevista publicada numa revista).

Dependendo da prática social em questão, se utiliza um registro lexical e sintático mais elaborado ou menos elaborado, mais formal ou menos formal. Não estando estas características diretamente relacionadas à língua oral ou à língua escrita, mas à prática social em que tais modalidades estão sendo usadas.

De qualquer forma, o que ocorre, é que a língua oral tem como característica marcante a necessidade de uso de estratégias de formulação em tempo real. Essa característica de sucessão temporal da língua oral, do ponto de vista da organização morfossintática do enunciado, exige do falante um esforço de memorização. A maioria dos enunciados longos orais espontâneos teria uma sintaxe errônea se fosse analisado do ponto de vista da gramática da língua escrita. O que se vê é uma organização sintática diferenciada provocada pela temporalidade do contexto de produção da língua oral. Além disso, os enunciados orais se caracterizam pelo uso de múltiplas marcas dêiticas. Na língua escrita, essas questões tendem a ser minimizadas visto que o texto é atemporal e sempre se pode substituir uma frase por outra a posteriori.

Entretanto, essa característica de simultaneidade temporal até pouco tempo atribuída exclusivamente à fala, já é tecnologicamente possível nas práticas da escrita à distância, com o uso da internet. O hipertexto é um texto que ocorre na simultaneidade do tempo e rompe com os limites planos entre a oralidade e a escrita, situando-se no entrecruzamento das duas.

## **Conclusões**

As especificidades da oralidade e da escrita apontadas nesse trabalho, corroboram para a concepção de que a língua escrita não pode ser arrolada simplesmente como uma transcodificação da língua oral, concluindo-se, portanto, que entre elas não há uma relação imediata, nem tampouco, uma isomorfia.

O ponto central de toda discussão é a necessidade de uma revisão da concepção da escrita como transcrição ou mesmo representação da fala. É preciso compreender que a construção do texto escrito segue normas diferentes da construção do texto oral e que se trata de

sistemas distintos com unidades diferentes: fechadas e atemporais no caso da língua escrita e abertas e sujeitas a transformações no tempo no caso da língua oral. Para tanto, é imperativa uma atuação mais efetiva dos educadores no sentido de explicitar para seus alunos as especificidades da língua oral e da língua escrita. É preciso dizer, logo no início, o que é a escrita e a fala; as características, as condições de produção e os usos possíveis dessas duas línguas; a convencionalidade e arbitrariedade da escrita; as relações variáveis entre a unidade de materialização da fala e da escrita. Enfim, é preciso não camuflar a complexidade das línguas orais e escrita.

A consolidação do processo de formação de sujeitos capazes de utilizar a escrita sob condições formais depende, em parte, da capacidade do educador identificar os fatores que concorrem para o surgimento de estruturas morfossintáticas e lexicais presentes nos textos produzidos pelos alunos. Tal identificação permitiria aos educadores compreender que manifestações como trocas e omissões de letras, textos escritos com uma morfossintaxe próxima da oralidade, longe de manifestações patológicas, são atitudes que acompanham o próprio processo de apropriação da escrita, uma vez que, resultantes das interferências de parâmetros orais, revelam atitudes individuais de reflexões e conhecimentos formulados sobre a escrita.

### **Referências Bibliográficas**

- ACHARD, P. A especificidade do escrito é de ordem linguística ou discursiva? In: CATACH, N. (Org.) Para uma teoria da Língua Escrita. Tradução brasileira de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 64-74.
- BERBERIAN, AP.; MASSI, GA.; SANTANA, APO.; GUARINELLO, AC.; MACHADO, MLCA.; BORTOLOZZI, KB.; SOUZA, CHFA. Análise de ocorrências ortográficas não convencionais produzidas por alunos do Ensino Fundamental. Tuiuti: ciência e cultura, Curitiba, n.39, p. 23-39, 2008.
- CAGLIARI, LC. Alfabetização & Linguística. 8ª Edição. São Paulo: Editora Scipione, 1995.
- DESBORDES, F. A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias da Antiguidade. In: CATACH, N. (Org.) Para uma teoria da Língua Escrita. Tradução brasileira de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 23- 29.
- FROMKIN, V.; RODMAN, R. Introdução à Linguagem. Tradução de Isabel Casanova. Coimbra: Editora Almedina, 1993. p. 75-117.
- KATO, MA. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.
- LENTIN, L. A dependência do escrito em relação ao oral: parâmetro fundamental da primeira aquisição da linguagem. In: CATACH, N. (Org.) Para uma teoria da Língua Escrita. Tradução

- brasileira de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 113-121.
- MARCUSCHI, LA. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- SENNA, LAG. Pequeno manual de linguística geral e aplicada. Rio de Janeiro: LAG Senna Ed., 1991. ISBN: 859000371x. Disponível em: [www.senna.pro.br](http://www.senna.pro.br). Acesso em: 4 abril. 2011.
- SENNA, LAG. Anotações referentes à aula ministrada na disciplina Tópicos especiais III – Educação, Fonologia e Alfabetização no curso de Pedagogia da UERJ, 2009.
- SENNA, LAG. Psicolinguística e sistemas gramaticais no campo da psicopedagogia. In: GODOY, E.; SENNA, LAG. Psicolinguística e Letramento. Curitiba: IbpeX, 2011. p. 129-194.
- SENNA, LAG; PORTES, LAF. Por um construtivismo à brasileira. In: SENNA, Luiz Antonio Gomes (org.). Letramento: princípios e processos. Curitiba: IbpeX, 2007. p. 195-216.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ZORZI, J L. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.